

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025 (PLE 100/2024)
4ª SESSÃO LEGISLATIVA
19ª LEGISLATURA

12 de junho de 2024

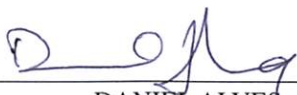
Às dez horas do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se, no Auditório do Centro de Cultura Vereador Manuel Querino, da Câmara Municipal de Salvador, situado na Praça Thomé de Souza, Centro, nesta capital, a Audiência Pública para apresentação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício de 2025 do Município de Salvador (PLE n.º 100/2024 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença os vereadores **Daniel Alves** – Presidente da Comissão, e **Marta Rodrigues** (membros), o Chefe da Casa Civil, **Luiz Carreira**, o Subchefe de gabinete da Casa Civil, **Moysés Andrade**, a Diretora Geral de Orçamento, **Ana Nery Reis**, o Gerente de Projetos Estratégicos do setor de Informações e Projetos da Fumpres (Fundo Municipal de Previdência do Servidor), **Walter Cairo**, além de outras autoridades e membros da sociedade civil. Dando início aos trabalhos, o Presidente Daniel Alves declarou aberta a audiência. Feitas as devidas apresentações das autoridades e lideranças comunitárias presentes, passou-se a palavra ao Chefe da Casa Civil, Luiz Carreira, o qual inicialmente falou da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do seu papel na construção do orçamento e dos parâmetros utilizados na sua elaboração. Fez algumas considerações sobre temas ligados ao objeto da apresentação. Destacou, ainda, o papel da Câmara no processo de apreciação do orçamento. Em seguida, a Diretora de Orçamento da Casa Civil, Ana Nery Reis, em continuidade à apresentação, frisou as atribuições da LDO na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000. Detalhou as etapas de elaboração desse projeto, notadamente os cenários micro e macroeconômico em que foi concebido, a estimativa da receita, a projeção da despesa, o estabelecimento das metas fiscais e a definição dos programas e ações prioritárias. Adentrando na estimativa da receita, falou a respeito das operações de crédito



internas e externas contratadas pelo município e dos programas que elas financiam. Continuou a exposição falando dos resultados primário e nominal e das margens de endividamento e capacidade de pagamento do município, bem como da estimativa e compensação da renúncia de receita. Por fim, apresentou o anexo de prioridades e metas de forma detalhada, informando os eixos norteadores e a previsão dos programas e ações a serem implementados, bem como sua regionalização. Terminadas as falas iniciais, o vereador Daniel Alves informou que o prazo para apresentação de emendas ao projeto em discussão seria estendido até o dia treze de junho. Além disso, quanto à tramitação do projeto, destacou o papel do Presidente da Casa, vereador Carlos Muniz, na condução dos trabalhos legislativos, e informou que este sempre preza pela harmonia e independência entre os poderes. Na sequência, questionou à equipe da prefeitura como estaria a adimplência do programa CredSalvador, especialmente no que se refere às micro e pequenas empresas. Questionou também o que seria a “casa de espetáculos”, prevista no projeto e como essa proposta seria implementada. Passou a palavra à edil Marta Rodrigues, a qual, após agradecer à Diretora pela apresentação e ao Chefe da Casa Civil pelos esclarecimentos, salientou que esse é um momento de fundamental importância para os vereadores e para a população conhecerem o orçamento e a prioridades que estão sendo colocadas para a cidade. Informou também que a Escola do Legislativo, da qual é diretora, promoveu curso para os vereadores e as respectivas assessorias sobre propositura de emendas à proposição. Na sequência, afirmou que muitas ações não foram contempladas, ou contempladas a menor do que o inicialmente previsto no plano plurianual. Levantou a questão das emendas propostas anualmente pela oposição. Segundo ela, muitas delas, apesar de aprovadas, não são executadas em sua totalidade pelo Poder Executivo. Falou também do aumento do endividamento da cidade. Salientou que, ainda que dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o site tesourotransparente.gov.br, Salvador ocupa a posição de quarta capital mais endividada do Brasil e a primeira do Nordeste nesse quesito. Frisou que as alienações de bens não têm sido uma boa fonte de receitas para a cidade, visto que algumas licitações restaram frustradas. Falou das renúncias de receitas municipais, principalmente a respeito daquelas destinadas ao transporte público, e questionou como isso estaria chegando aos usuários desse serviço. Em relação aos questionamentos feitos pelo edil Daniel Alves, Luiz Carreira assentou que o programa de concessão de crédito implementado pela Prefeitura de Salvador está passando por processo revisional, com

atualização dos requisitos para concessão. Há certa taxa de inadimplência, mas as novas regras a serem estabelecidas buscarão diminuir esse percentual. Carlos, servidor da Prefeitura, representado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda –SEMDEC, esclareceu que haverá alteração dos critérios para concessão de crédito dentro do programa, de forma a tentar alcançar um melhor aproveitamento da verba disponível e minorar a inadimplência. Nesse contexto, Luiz Carreira asseverou que o Poder Executivo Municipal está indo ao extremo das suas possibilidades para implementar incentivos econômicos à população e aos empreendedores de Salvador. No que se refere às indagações da parlamentar Marta Rodrigues, o Secretário da Casa Civil pontuou que, quanto às emendas, talvez fosse o caso de melhorar o diálogo entre os poderes para que a execução das propostas ocorra de maneira mais efetiva. Quanto ao endividamento, ressaltou que se trata de um “bom endividamento”, uma vez que promove a antecipação de investimentos na cidade, os quais, sem as operações de créditos, demorariam muitos anos para serem realizados. Esse fator, inclusive, segundo informou, atesta a saúde financeira da prefeitura, tendo em vista que os critérios para concessão de empréstimos pelos agentes financeiros são bastante rígidos e o ente municipal cumpre todos eles para que as operações sejam realizadas. No que se refere ao transporte público, falou que parte do problema tem a ver com o déficit de demanda, tanto no metrô quanto nos ônibus, e do desequilíbrio entre demanda e preço. Segundo ele, da forma como está, o transporte público não se paga sozinho. Dessa forma, a Prefeitura teve que assumir alguns ônus para não onerar a população. No seu entender, a questão demanda intervenção direta do governo federal. Demanda também resolução de problemas internos, como integração entre modalidades e diminuição do déficit operacional. Informou que outras cidades brasileiras estão entrando com subsídios expressivos subsidiar o transporte. Com relação às renúncias fiscais, a Diretora de Orçamento informou que a LDO traz seu detalhamento nos quadros de renúncias de receitas. Além disso, salientou que tais renúncias são feitas seletivamente, em cima de programas específicos e sempre visando o bem maior da cidade. A vereadora Marta Rodrigues agradeceu os esclarecimentos e destacou o papel fiscalizador da Câmara e da Comissão de Finanças, especialmente no que se refere à gestão fiscal do município. O presidente da Comissão abriu para participação do público presente. Bruno Carinhonha, servidor da Guarda Municipal de Salvador e representante da categoria, ressaltou a necessidade de se divulgar de maneira mais ampla esse tipo de evento, de forma a propiciar maior conhecimento e participação da população. Cobrou requalificação dos

espaços viários da Rótula do Abacaxi e a instalação de unidade de saúde e creche em Cidade Nova. Aurelino Sales, assessor do vereador Téo Senna, aduziu que não encontrou ações no projeto em discussão referentes às pessoas com deficiências. Sugeri que sejam trabalhadas na próxima proposta e na Lei Orçamentária ações voltadas a esse grupo. João Benedito, representando a FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador, mostrou-se insatisfeito com o transporte público municipal, especialmente o que atende a periferia da cidade, devido ao sucateamento da frota e à insuficiência de linhas. Cobrou também requalificação das escolas municipais e melhoramento da estrutura desses bens públicos. Referente ao transporte público, Luiz Carreira reforçou o problema do déficit de demanda e do desequilíbrio entre demanda e preço. Asseverou que as condições pactuadas ao tempo da concessão não permanecem as mesmas. Dessa forma, a Prefeitura teve que assumir alguns ônus para não repassar o preço para a população. No que se refere à saúde, pontuou que a prefeitura já direciona parte considerável do orçamento para essa área e que já houve significativa ampliação da rede, mas que ainda vê necessidade de otimização do sistema para oferecer um serviço cada vez melhor às pessoas. Quanto aos questionamentos de Aurelino Sales, Ana Nery salientou que existe no município um fundo direcionado a pessoas com deficiência, no âmbito da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE, que pode ser utilizado por essa parcela da população. Voltando às indagações de João Benedito, Luiz Carreira esclareceu que a prefeitura, em algumas localidades da cidade, está se deparando com situações atípicas na disponibilização de alguns serviços à população, a exemplo do serviço de educação, objeto da pergunta do representante da associação, que está sendo impactado pela ação das facções criminosas instaladas nesses locais. Além das limitações orçamentárias, a ação desses grupos está dificultando tanto o planejamento quanto a operacionalização de certas atividades, o que acaba prejudicando os usuários do serviço público. Por fim, nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Daniel, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência.



DANIEL ALVES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO



MARTA RODRIGUES